

O preço da recessão

Haroldo Hollanda

O deputado José Lourenço, que foi líder do PFL durante quase todo o mandato de José Sarney como presidente da República, encontra-se convencido de que a inflação no Brasil está sob controle. "Não me pergunte o custo social", desculpasse o parlamentar baiano, que se tornou conhecido no Congresso, notadamente na fase da Constituinte, por suas posições polêmicas de caráter conservador, que acabaram lhe valendo a perda da liderança. Magoado, retrou-se do PFL e se abrigou no PDS, partido pelo qual tentará sua reeleição para a Câmara. Diz não ter dúvidas de que Collor vai acabar com a inflação brasileira. Com exceção do preço do leite e de mais uns poucos produtos, segundo ele, tudo o mais foi liberado. Como consequência das medidas antiinflacionárias tomadas, registra que o preço da arroba do boi despencou. O mesmo está acontecendo com a cebola na Bahia, que teve seus preços reduzidos à metade. Acha ele que as importações estão desempenhando papel importante no controle da inflação e informa que nos supermercados baianos estão sendo vendidos leite e manteiga da Argentina de excelente qualidade e a preços mais reduzidos do que os dos congêneres nacionais.

"O que o Collor está fazendo é fantástico", afirma, entusiasmado. Quando se faz menção a sua obser-

vação inicial de que esse controle da inflação está sendo alcançado a um alto custo social, lembra fenômeno ocorrido em Portugal com o então primeiro-ministro Mário Soares. Para pôr ordem na economia portuguesa, Soares foi compelido a aplicar em seu país uma dolorosa recessão, o que acabou lhe valendo a derrota nas eleições. Mas, à medida que, com o tempo, a economia de Portugal se normalizou e voltaram os investimentos, inclusive com a retomada do desenvolvimento, Mário Soares retornou à cena política com todo seu prestígio político recuperado, o que lhe valeu a conquista da Presidência da República.

Para o deputado José Lourenço, é dura e sofrida a conta da inflação. No seu entender, no início do plano Collor, ao fazer confiscos na poupança, na conta-corrente e no over, revestiu-se de aspectos econômicos heterodoxos. Mas nos dias presentes o programa econômico em execução é essencialmente ortodoxo em sua prática, pois tem como principal base de sustentação o controle da liquidez. Na sua avaliação pessoal, não há outro caminho para reverter a inflação, senão com a redução do consumo. No passado, só quem teve coragem no Brasil de aplicar uma política semelhante foi, no governo Castello Branco, a dupla formada por Octá-

vio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos.

De acordo com sua análise, o ex-ministro e deputado Delfim Neto, no período em que esteve no poder jamais teve a coragem de aplicar uma política econômica dura, capaz de reduzir efetivamente a inflação. "O Delfim Neto fala muito. Mas, ao sair do Governo deixou o País entregue a uma inflação de mais de 200%", recorda o deputado da Bahia. Quanto aos complicadores que vão aqui e ali desportando, como as pressões por aumentos de salários, inclusive dos militares, afirma que são bastante compreensíveis. Acrescenta que o falecido presidente Kennedy afirmava que administrar conflitos é próprio do regime democrático.

O Secretário Nacional de Energia do Ministério da Infra-Estrutura, Rubens Vaz da Costa, explica que o setor que dirige pleiteia um reajuste de 17% nos preços dos derivados do petróleo, a fim de que a Petrobrás possa no futuro retomar seus investimentos e corrigir perdas ocasionadas pela inflação nos últimos quatro meses. Para uma fase posterior, o Ministério também cogita de obter um reajuste nas tarifas de energia elétrica. Todos esses aumentos estão condicionados à estratégia de combate à inflação estabelecida pelo Governo.